

BASES POLÍTICAS DA EDUCAÇÃO SEXUAL

Marcio Francisco dos Santos*

Keli Cristiane Vido**

marcio_fmc@hotmail.com e k.c_vido@yahoo.com.br

Resumo

Para efetivar transformações sociais é necessário, como ponto de partida, o entendimento completo dos padrões e normas sexuais de nossa sociedade e da forma como eles estão relacionados com a nossa estrutura sócio-econômica, política e cultural. Para isso, no entanto, são necessárias algumas condições.

É preciso entender como os padrões e normas sexuais foram mudando ao longo da história de nosso país, buscando a relação com todos os acontecimentos sociais, econômicos e políticos de cada época; é fundamental ainda, buscar compreender, concomitantemente, a história da sexualidade ao longo dos séculos, desde a antiguidade, em todo o mundo ocidental e contextualizar, a partir daí, os nossos padrões morais, sexuais, enfim, culturais. Conforme ressalta Nunes.

Palavras-chave

Política, sociedade e educação sexual.

* Bacharel em Ciências Econômicas, mestrando em Administração, Educação e Comunicação. Professor dos Cursos Tecnológicos em Gestão de Pessoas, Gestão Financeira, Ciências Contábeis e Pedagogia. Faculdades Anhanguera – Campus Taboão da Serra, Campus Brigadeiro, Faculdade Metropolitana de Caieiras (FMC).

** Bacharel em Administração de Empresas, mestrando em Administração, Educação e Comunicação. Professor dos Cursos Tecnológicos em Gestão de Financeira, Pessoas e Marketing e também, do Curso de Graduação em Administração de Empresas e Educação Física. Faculdades Anhanguera – Campus Taboão da Serra e Itapeperica da Serra.

Educação Sexual

No que concerne, especificamente, à questão da Educação Sexual nas escolas como um meio de transformações sociais, portanto como uma atividade política, foi aproximadamente no início da década de 80 que começaram a surgir, no Brasil, as primeiras reflexões e publicações científicas.

Para efetivar transformações sociais é necessário, como ponto de partida, o entendimento completo dos padrões e normas sexuais de nossa sociedade e da forma como eles estão relacionados com a nossa estrutura sócio-econômica, política e cultural. Para isso, no entanto, são necessárias algumas condições.

É preciso entender como os padrões e normas sexuais foram mudando ao longo da história de nosso país, buscando a relação com todos os acontecimentos sociais, econômicos e políticos de cada época; é fundamental ainda, buscar compreender, concomitantemente, a história da sexualidade ao longo dos séculos, desde a antiguidade, em todo o mundo ocidental e contextualizar, a partir daí, os nossos padrões morais, sexuais, enfim, culturais. Conforme ressalta Nunes:

Pois falar da sexualidade implica retomar alguns recursos metodológicos: a história, a antropologia, a moral e a evolução social. Não se fala da sexualidade de maneira fragmentada, dividida, estanque. As relações sexuais são relações sociais, construídas historicamente em determinadas estruturas, modelos e valores que dizem respeito a determinados interesses de épocas diferentes. Este relativismo não pode ser irresponsável. Ele nos permite perceber a construção social da sexualidade sem, contudo fazê-lo de modo destrutivo ou imaturo. (1991, p.14)

Segundo o autor acima mencionado, é preciso ter como requisito básico uma concepção dialética, ou seja, uma concepção dinâmica e viva do mundo e das relações sociais, procurando compreender a realidade como um processo, esquivando-se de visões conservadoras e ideológicas.

Procurando entender a diversidade sexual que caracteriza a vida do brasileiro, Parker (1991) descreve os vários sistemas de referência, culturalmente constituídos, que influenciam a maneira como os brasileiros compreendem, interpretam e constroem suas próprias experiências sexuais. Embora seja discutível o uso que esse autor faz do termo ideologia, ao se referir a cada um desses sistemas de referências (ou perspectivas), a

forma como organiza os fatos e fundamenta teoricamente suas exemplificações são bastante úteis ao entendimento da construção histórico-cultural da sexualidade brasileira.

Assim, o primeiro desses sistemas de referência é a perspectiva de gênero, onde as diferenças anatômicas entre macho e fêmea, determinam as noções de masculinidade e feminilidade, atividade e passividade, e colocam o sexo masculino em situação privilegiada, com poder de dominação sobre os elementos do sexo feminino.

O segundo sistema de referência citado é o dos valores religiosos (ou perspectiva religiosa), segundo o qual, os conceitos de pecado e salvação definem o conjunto de práticas permitidas e proibidas.

Já no terceiro sistema, denominado perspectiva da sexualidade, o conjunto de práticas permitidas e proibidas é definido pelos conceitos de doença e saúde. Foi este o sistema elaborado e mantido pela Higiene e Medicina Social e, mais tarde, pela Medicina moderna. Usou como estratégia fundamental a elaboração de classificações sexuais, para fins de análise e tratamento das anormalidades e perversões.

Enquanto o fim maior do primeiro sistema é a manutenção da supremacia do sexo masculino, no segundo se faz à defesa da criação como um dever cristão, e o terceiro, defende a procriação como um dever para com a sociedade e o Estado. Nessa última perspectiva, em seu período mais moderno (século XX), a ênfase passa para o direito de escolha pessoal do indivíduo, no que tange às questões de reprodução.

O quarto sistema centraliza-se na perspectiva do erótico. Não há normas que circunscrevam o que é permitido ou proibido, ou seja: "tudo é possível". Baseia-se na lógica transgressora do erótico, ou seja: determina que, é preciso agir contrariamente a todas as normas morais sexuais. Seu objetivo não se volta para a procriação, mas para a busca do prazer e da paixão.

O primeiro e o último sistema (de gênero e do erótico) têm uma organização informal, enquanto que os outros dois são estruturados formalmente, podendo, às vezes, conter algumas nuances de informalidades.

Para melhor compreensão de cada uma dessas perspectivas, é útil considerar alguns exemplos.

A temática virgindade/castidade, por exemplo, é considerada, de acordo com a perspectiva de gênero, como devendo ser uma obrigação da mulher mantê-la até o casamento e podendo (porque não dizer: devendo) o homem, por ser superior à mulher,

viver sua sexualidade livremente, enquanto ainda solteiro, sem ter que "guardar-se" para o casamento. Segundo a perspectiva religiosa, a interpretação é outra: tanto homem, quanto mulher devem deixar para o casamento a vivência da sexualidade, pois do contrário, estariam pecando. Já para a perspectiva da sexualidade, a presença da virgindade assegura à mulher a condição de normal, como sinal de alguém que garante a não contaminação por doenças sexualmente transmissíveis o que, conseqüentemente, lhe dá o direito de vir a ser uma mãe de família, podendo contribuir com a reprodução saudável da espécie. Quanto ao homem, é tolerável que perca sua castidade, é reconhecido que o sexo existe como um impulso natural para o qual os vícios (como a libertinagem) precisam ser tolerados e seus efeitos tratados depois pela ação da medicina, (nesse último ponto, fica clara a influência do sistema de gênero, no sistema da sexualidade).

A perspectiva do erótico, por sua vez, é totalmente contra virgindade/castidade e impõe que tanto o homem quanto a mulher vivam a sexualidade e transgridam as normas impostas, praticando o sexo independentemente do casamento.

Um outro exemplo seria sobre as possíveis interpretações que podem ser dadas para a questão do sexo extraconjugal. A perspectiva de gênero diz que ao homem é permitido e à mulher, não; a perspectiva religiosa diz que para ambos é considerado pecado. Na perspectiva da sexualidade é considerado anormal, proibido (tanto para o homem, quanto para a mulher), pois desvia da sexualidade reprodutiva e, além de se constituir num grande risco de proliferação de doenças sexualmente transmissíveis, sendo uma ameaça, afeta a reprodução de uma população saudável e à estabilidade da família nuclear. Na perspectiva do erótico é considerado certo, tanto para o homem, quanto para a mulher, já que é um ato de busca de prazer.

Os dois primeiros sistemas surgiram no período colonial, num contexto de ideologia patriarcal e num período de puritanização do sexo. O terceiro, a perspectiva da sexualidade, por sua vez, surgiu com a Higiene e a Medicina Social, na metade do século dezanove aproximadamente, concomitantemente com as transformações do mundo capitalista, com o processo de urbanização. Esse mesmo sistema modernizou-se no séc. XX, com o surgimento das ciências (Psicologia, Sociologia, Sexologia...) e pôde ganhar mais espaço devido à aceleração cada vez maior do processo urbano, às mudanças na estrutura da família, ao retrocesso da modalidade tradicional da autoridade religiosa.

O quarto sistema surgiu no século XX, num período marcado pela descompressão sexual, e foi também impulsionado pelos mesmos processos históricos que impulsionaram a modernização da perspectiva da sexualidade.

Cada um desses interesses está ligado a uma forma de poder; todos coexistem e se interligam e é isso que explica a diversidade de experiências sexuais e de seus significados possíveis, uma vez que cada brasileiro, como um ator social, faz opções entre os instrumentos oferecidos pelos vários sistemas para construir e interpretar sua experiência sexual. Segundo Parker (1991), a forma com a sociedade brasileira organiza suas relações de produção econômica vai interferir nessa construção. Assim por exemplo, tanto para as mulheres, quanto para as pessoas de classe social menos favorecida, ou de região menos modernizada e menos industrializada, estarão, provavelmente, mais dificultadas as oportunidades de acesso ao sistema da sexualidade segundo o sistema erótico.

Há que se considerar, porém, que os meios de comunicação de massa, bem como o próprio carnaval, são instrumentos que viabilizam o acesso popular à perspectiva do erótico. (Parker, 1991, p.32) É possível crer que esse acesso popular tem-se intensificado cada vez mais.

A princípio, a perspectiva do erótico, comparada com as outras, pode aparentar muito avanço, mas não deixa de ser, em vários aspectos, uma grande armadilha, pois conduz ao sexo individualista, ao colocar o desejo e o prazer pessoal em primeiro plano, sem resgatar qualquer senso de responsabilidade para com as necessidades afetivas e eróticas do outro.

Finalmente, em relação a esse conjunto das perspectivas que compõem o universo sexual da cultura brasileira, é importante salientar que se trata de um conjunto dinâmico e histórico, portanto sujeito as mudanças, em consequência das constantes alterações que se processam na cultura.

[...] a simples menção de uma doença como a AIDS, com todas as transformações imensamente complicadas que ela inevitavelmente acarreta, é suficiente para lembrar que o quadro da cultura sexual resultante desta análise poderá ser muito diferente daqui a poucos anos. (Parker, 1991, p. 247)

A partir do quadro acima explicitado, sobre a cultura sexual no Brasil contemporâneo, fica claramente evidenciada a importância da compreensão histórica da nossa cultura sexual.

Além disso, a compreensão da história sobre como e por quê certas normas e valores emergiram, pode constituir-se num dos meios eficazes para levar as pessoas a mudarem sua forma de pensar e se engajarem na luta para a transformação. A ignorância ou falsa convicção das origens dessas normas impedem o questionamento e a mudança. As pessoas não relutariam em mudar sua forma de pensar se soubessem como foi que tudo começou e mais ainda, se soubessem que essas normas jamais teriam emergido num contexto de livres discussões. (Geuss, *apud* Azevedo 1993)

Há um forte consenso de que o educador deva estar alerta para que um programa de Educação Sexual não venha a se constituir num meio disseminador de atitudes repressivas em relação ao sexo, muito menos de idéias neomalthusianas de controle de natalidade. (Barroso & Bruschini, 1982; Bernardi, 1985; Canesqui, 1983; Rosenberg, 1985; Werebe, 1978)

Com o aparecimento da AIDS, aumenta a preocupação com o fato de a Educação Sexual estar atuando de forma repressora, não apenas em relação à possibilidade de vivência da sexualidade com liberdade, mas também em relação ao aumento dos estigmas voltados para as minorias (os chamados libertinos: homossexuais, prostitutas...). "Nossa orientação sexual, hoje parcialmente travestida de liberal, tem ainda um caráter fortemente punitivo, com nuances de crime e castigo." (Petri, 1988, p.21)

Em complementação a essas questões consideradas, é necessário alertar para o fato de que há repressão também na vigorosa incitação ao sexo e na permissividade instigadas pela *mass mídia*. Há muitas pessoas que:

[...] na ânsia de superar os tabus repressivos da educação tradicional, não conseguem fazer a crítica da sociedade permissiva, do sexo consumista objetual, quantitativo e pornográfico atual. Na busca de uma liberdade individual, autônoma e humana, freqüentemente se tornam presa do consumismo sexual capitalista que hoje está presente em tudo o que fazemos, vemos e ouvimos. Este individualismo espontaneísta muitas vezes é desastroso. (Nunes, 1993, p.14)

Nesse sentido, vemos que a "perspectiva do erótico," descrita por Parker (1991), apresenta-se mais uma vez falha, pois, apesar de tornar o indivíduo mais propenso a

romper com as convenções sociais, a perceber que pode agir diferentemente da forma como a sociedade determina, não prepara as pessoas para agirem de maneira crítica e construtiva.

Necessário considerar que a descompressão sexual que se faz presente em todos os níveis sociais, conduz à falsa idéia de liberdade. Por não proibir nada, e por permitir tudo, parece isenta de poder controlador, porém o poder está presente nela (na descompressão), e age sobre a vida das pessoas, controlando, impondo formas de agir.

Portanto é fundamental que a descompressão sexual seja compreendida não apenas num nível moral, mas dentro de uma visão histórico-crítica da estrutura social como um todo.

Acontece, ainda, que, juntamente com essa acentuada erotização da sociedade, surgem novos padrões sexuais que, abertamente, confirmam a liberação sexual. Isso faz com que a sexualidade seja responsabilizada pelo caos social e encarada negativamente por boa parcela da sociedade.

Esta é uma crítica que Ribeiro (1990, p.50) argumenta com a seguinte reflexão:

[...] é perfeitamente possível denunciar a total ausência de valores éticos universais na formação dos indivíduos, a total ausência de respeito pelo outro, a égide do consumismo e do 'levar vantagem a qualquer preço'. É isto que traz problemas para a sexualidade, não a erotização em si. A erotização é natural no ser humano, anima o corpo e a vida. As relações materiais é que estão materializadas, sem afetividade, sem amizade.

Riechelmann (1993), ao criticar ferrenhamente as “aulas de sexo”, propõe como alternativa ao modelo de Educação Sexual existente, a proposta de Goldberg (1988), referindo-se à mesma como a Educação Sexual desejada.

Werebe (1982, p.79), resenhando o livro acima referido, diz que se licita de uma proposta original...

[...] não somente leva em conta as múltiplas dimensões desta intervenção pedagógica, mas que procura também situar o educando no contexto amplo de seu meio social presente, com vistas a aproveitar e ampliar o registro de suas competências para se realizar e poder atuar como um ser humano completo e lúcido.

Pelo fato de o sexo não deixar de ser também uma questão individual, é importante frisar que essa proposta reconhece também a necessidade de se trabalhar com o educando as informações científicas, bem como os aspectos afetivos e psicológicos, para ajudá-lo a encontrar prazer em sua sexualidade e para que isso contribua para uma vida saudável e feliz. Porém trata-se apenas de ponto de partida.

É fundamental estar bem com sua própria sexualidade, porém esta conquista não se dá isoladamente, ou seja: o indivíduo consigo próprio ou com seu parceiro; nem tampouco se dá alienado de uma cultura. Pelo contrário, a vivência pessoal da sexualidade é influenciada, contaminada, afetada pelas conquistas ou entraves que vêm emergindo da contínua construção da mesma pela cultura na qual estão inseridos os indivíduos.

Na tentativa de tornar clara essa idéia, poder-se-ia formular o seguinte questionamento: como pode viver de forma plena e satisfatória sua sexualidade, um indivíduo homossexual que, apesar de ter buscado informações sobre a sexualidade e ter trabalhado os aspectos afetivos e psicológicos relacionados à vivência da mesma, encontra-se imerso num contexto cultural que oprime os indivíduos homossexuais?

De forma análoga, como pode viver plenamente sua sexualidade uma mulher, inserida numa cultura marcada pela desigualdade sexual e pelo duplo padrão de moral sexual? “Sexo foi, é e será sempre uma questão social, sem deixar de ser também uma questão individual.”. (Goldberg, 1988)

Considerações Finais

Há fatores relevantes que precisam ser reconsiderados com maior ênfase, para que se faça avançar a produção científica sobre Educação Sexual nas escolas, conseqüentemente, a atuação do educador sexual no contexto escolar.

Os fatores são: processo de sistematização e continuidade; processo da integração e uma potencialidade dinamizadora da Educação Sexual nas escolas.

Falta a uma grande maioria de pesquisadores e/ou educadores a visão de que a Educação Sexual nas escolas, deve ser um trabalho a longo prazo, que precisa ser sistematizado e ter sua continuidade assegurada.

Oportunizar a escola a criação de espaço para concretizar a Educação Sexual dos jovens é possibilitar a ela que assuma a função do questionamento das normas e dos valores relativos à sexualidade. Em contrapartida, isto pode ter um "efeito dinamizador" das transformações pelas quais a instituição escolar, especialmente a Pública, precisa passar. (Bruschini & Barroso, 1991)

Os temas relacionados à Educação Sexual nas escolas, pois ricos, no sentido de "abrir caminhos" para o desenvolvimento da criticidade nos educando, e para a conquista da democracia.

O potencial dinamizador da Educação Sexual poderá ser explorado em toda a sua extensão, se for aliado a um trabalho de instrumentalização do educando, para que seja um sujeito ativo em todo o processo de aprendizagem.

Uma das melhores e mais completas formas de se chegar a isso, é através da formação do leitor. À medida que o professor desenvolve no aluno o gosto pela leitura e o ajuda a encarar os livros como fontes de informação, onde ele pode buscar, além do conhecimento e entretenimento, respostas para muitas dúvidas, o estará instrumentalizando para que possa continuar se auto-educando e se atualizando constantemente, ao longo de sua vida.

A visão que se tem, na maioria das publicações, é que se pensa em "dar" Educação Sexual nas escolas, esquecendo-se de que é preciso criar condições para a formação da autonomia moral e intelectual do educando, isto é, levá-lo a aprender a pensar por si próprio, a adotar com segurança um posicionamento pessoal em relação a valores morais, bem como a tomar decisões.

Um número significativo de textos valoriza o debate como estratégia. De fato, isto é imprescindível e deve continuar sendo valorizado.

Schiavo (1993, p.395), que escreve um texto recente intitulado: "*Educação Sexual em tempo de AIDS*", propõe uma metodologia denominada "Linguagem Total". Apesar de valorizar o diálogo e a troca de informações entre educador e educando, comete um grave deslize, quando afirma que "técnicas de jogos educativos, dramatizações e brincadeiras substituem exposições e leituras, tornando o ambiente favorável a. desenvolvimento do processo de mudanças...".

Sem descartar a importância das estratégias que o autor defende sua posição ao longo de todo o texto, exemplifica que, apesar de considerar o trabalho de Educação

Sexual como uma preparação para a vida, encara-o como algo que tem sua existência apenas momentânea, no aqui e agora, ou seja, como um curso oferecido.

Se não se instrumentalizar o sujeito para continuar se auto-educando, cada vez que emergir um novo problema social diretamente relacionado à sexualidade (tal como a AIDS), possivelmente, esse indivíduo irá precisar inscrever-se, mais uma vez, para participar de um algum programa relativo ao assunto.

Não se pode cair em extremos: se por um lado valoriza-se o debate, não é preciso que se repudie a leitura e a aula expositiva, como o fez o referido autor; esta última pode ser necessária e eficaz em alguns momentos, dependendo do tema e/ou da clientela. Ronca e Escobar (1991, p.14) defendem o uso das terminologias: aula expositiva-participativa, ou expositiva-dialogada e expõem os fundamentos para uma compreensão mais aprofundada desta metodologia, bem como de seu uso correto.

No Brasil, muitos livros de Educação Sexual já estão sendo publicados, ou melhor, falando livros de Orientação Sexual; são os escritos (ou traduzidos) para fornecer informações importantes para o educando. Muitas vezes, nestes livros, podem ser encontradas também reflexões que ajudam o leitor a rever valores sexuais, morais e a desenvolver, enfim, sua criticidade.

A Educação Sexual e a formação do leitor são, pois, mutuamente complementares, uma vez que, aproveitando a temática sexualidade, que é um assunto mobilizador (de interesse e curiosidade de pessoas das variadas idades), pode-se, usando os livros de orientação sexual, levar o sujeito a desenvolver o gosto e o hábito da leitura. Em contrapartida, isso reforça a Educação Sexual, podendo constituir-se numa eficaz estratégia que auxilie a suprir a necessidade, já discutida, de levar os educandos a terem repetidas oportunidades de rever, integrar e ampliar seus conhecimentos.

Faz parte dos direitos da criança, de acordo com Dallari (1993), o direito de pensar e, para isso, os adultos (pais e educadores), devem, entre muitas coisas, incentivá-la a ter interesse pela leitura e propiciar condições para que ela possa ler bons livros, ao invés de perder muito tempo vendo televisão.

É útil ressaltar, que mesmo nos cursos de preparação do educador sexual, deve-se inserir a "política de leiturização", para levar o educador a conscientizar-se da importância da leitura também para sua auto-educação permanente. É preciso que ele a

veja como um rico instrumento para reforçar, rever, ampliar e integrar seus conhecimentos, bem como para desenvolver sua criticidade e criatividade.

Referências

ANGELI, Heloísa Aparecida Tiveli. *Comportamento e Informação Sexual de Adolescentes: uma análise psicológica junto a primeiranistas universitários*. São Paulo: USP, 1992. Tese de Doutorado em Psicologia Escolar, Universidade de São Paulo, 1992. p. 92-113: Educação Sexual.

ARIÈS, Philippe. São Paulo e a carne. In ARIÈS, Philippe (Org.). *Sexualidades ocidentais: contribuições para a história e para a sociologia da sexualidade*. 3ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987a. p. 50-53.

AZEVEDO, Maria Amélia. Notas para uma teoria crítica da violência familiar contra crianças adolescentes. In: AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane N. de Azevedo (Orgs.). *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1993. p.21-47.

BERNARDI, Marcello. *A deseducação sexual*. Tradução de Antonio Negrini. São Paulo, Summus. 1985.

BINGEMER, Maria Clara Lucchetti. Família e instituição religiosa: tensões e prospectivas. In Encontro anual da ANPOCS, 16, 1992, Caxambu. Trabalho não publicado.

CANESQUI, Ana Maria. *Práticas pedagógicas referentes à sexualidade e à reprodução*. Educação e sociedade, São Paulo, v.5, n.4, p.60-70, abr. 1983.

RONCA, Antônio Carlos Caruso, ESCOBAR, Virgínia Ferreira. *Técnicas pedagógicas: domesticação ou desafio à participação*. 3ª ed., Petrópolis, Vozes, 1984.

ROSEMBERG, Fúlvia, PIZA, Edith Pompeu, MONTENEGRO, Thereza. *Mulher e educação formal no Brasil: estado da arte e bibliografia*. Brasília: REDUC/INEP, 1990.

_____. Educação sexual na escola. *Cadernos de pesquisa*. São Paulo, n. 53, p. 11-19, maio 1985.

SCHIAVO, Márcio Ruiz. Educação Sexual em tempo de AIDS. In: RIBEIRO, Marcos (Org.). *Educação Sexual: novas idéias, novas conquistas*. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 1993. P.391-398.